

“A Igreja vai dar-nos a sua doutrina social” (CSC 5)

**O *Catecismo Social* como catecismo de moral pública:
autor implícito, leitor simulado e atualidade**

Comissão Teológica Dehoniana da América Latina
CTDAL¹

Introdução

A *Comissão Teológica da América Latina* (CTDAL), ao considerar o mosaico de obras sociais de Padre Dehon, optou² pelo *Catecismo Social* (CSC), livro publicado em fevereiro de 1898, e que tem como objetivo proporcionar formação em moral social. Esta temática já havia sido abordada em outros trabalhos, especialmente em *Manual Social Cristão*, mas aqui o tema é apresentado sob um novo formato e voltado para um público diferente.

Esta investigação está estruturada em três blocos que correspondem a três níveis de leitura, segundo o referido *Guia de Estudos e Pesquisa*. Na *Introdução*, realiza-se uma breve apresentação da obra, bem como a exposição da teoria do autor implícito e do leitor simulado conforme W. Booth, além da proposta da questão fundamental que norteia a redação de CSC. Em seguida, no *primeiro bloco*, analisamos o conceito de autor implícito; no *segundo bloco*, abordamos o leitor simulado. Por fim, no *terceiro bloco* questionamos a atualidade de CSC.

De que fala CSC e como está organizado?

CSC está organizado em 4 partes: Prefácio (1-13); I - Os princípios da vida social e política (14-92); II - Princípios da vida econômica (93-241); III - Deveres sociais (242-296), e IV - Apologética: História social da Igreja (297-521)³.

¹ Este texto foi redigido pelos seguintes membros da CTDAL: P. Antonio Manuel (VEN), P. Délio Ruiz (ECU), P. Hugo Sallas (ACS), P. Renato Vieira Lima (BRM), P. Rodrigo Arruda (BRE), P. Victor de Oliveira Barbosa (BSP), P. Emerson M. Ruiz (BSP) e P. Marcelo Batalioto (BSP).

² Esta pesquisa foi elaborada pela CTDAL como resposta ao *Guia para Estudos e Pesquisa* e preparado para o VII Seminário Teológico Dehoniano, a ser realizado em Taubaté, Brasil, de 30 de julho a 4 de agosto de 2026. A afirmação de que a CTDAL “optou” pelo CSC refere-se ao fato de que a CTDAL deveria selecionar uma obra para pesquisa dentre as diversas obras sociais de Padre Dehon.

³ No Prefácio à tradução italiana de CSC, G. Toniolo apresenta uma organização mais simples: “*A arte de conferir ao discurso uma aparência e uma vivacidade populares atinge aqui a sua perfeição nas duas partes que compõem o volume. Na primeira, trata-se de responder, por meio de proposições de concisão irrepreensível e clareza cristalina, às questões relativas aos princípios fundamentais e muitas vezes complexos da ordem social, política,*

Nos dois primeiros capítulos, Padre Dehon adotou o formato dos catecismos tradicionais: perguntas breves, seguidas de respostas curtas e precisas. É um livro “conceitual” e com enunciados claros, bem cimentados na autoridade da Igreja.

Na primeira parte (*Os princípios da vida social e política*) encontramos resposta a perguntas de base como: Qual é o fim do homem? (CSC 14); Qual é o papel da família na vida social? (CSC 19); Qual será a origem do poder público? (CSC 22); A Igreja não será hostil à democracia? (CSC 57); O imposto é justificável e em que medida? (CSC 69); Que pensar das sociedades secretas? (CSC 87)

Na segunda parte (*Princípios da vida econômica*), encontramos questões como: O trabalho não será simplesmente uma mercadoria, um elemento de produção, que se vende conforme o curso que corre? (CSC 101); Sob quais regimes diversos o trabalho pode ser posto? (CSC 103); Qual será pois o regime econômico preferido pela Igreja? (CSC 116); Quais serão as bases da fixação do salário? (CSC 125); O que é que se entende por capitalismo? (CSC 147); Quais são as vantagens e desvantagens do crédito? (CSC 164-173); Quais são os abusos mais frequentes dos bancos? (CSC 180); O direito de herança ou de sucessão será ele legítimo? (CSC 230)

A terceira parte (*Os deveres sociais*), que é a mais curta (242-296), inicia discutindo o papel do padre: “Quais são os deveres do sacerdote em relação à vida social?” (CSC 241). Nesta parte, são apresentados os deveres de vários atores da sociedade, como os cristãos de modo geral (CSC 248), dos chefes de família (CSC 258), dos patrões (CSC 259), dos operários (CSC 263), dos magistrados (CSC 277), entre outros.

Por fim, a quarta parte (*Apologética: História social da Igreja*) analisa um dos temas centrais para Padre Dehon: a história universal. Esta seção tem como objetivo evidenciar o papel social da Igreja no progresso da humanidade, salientando sua atuação na defesa da família, da liberdade, da organização social e no combate à escravidão: a Igreja sempre ofereceu uma doutrina justa. O capítulo encerra-se abordando dois tópicos fundamentais na bibliografia

econômica e moral. [...] A segunda parte é um Resumo apologético de uma história social da Igreja, no qual, através do testemunho dos fatos, a própria Igreja se mostra aos olhos e, mais ainda, ao coração do povo, como a libertadora de todas as tiranias e a promotora de todos os progressos, especialmente para a proteção e a reabilitação dos humildes” (TONIOLO, G. Prefácio do livro “Catechismo sociale”, tradução italiana, in “Opera Omnia di G. Toniolo”, Cidade do Vaticano, 1947-1953, vol. 4, p. 409.)

social de Padre Dehon: a Democracia Cristã (CSC 514) e o Reino do Sagrado Coração de Jesus (CSC 519)⁴.

Assim, evidencia-se a arquitetura do texto e a relação entre as quatro partes. Se as duas primeiras partes oferecem as bases doutrinárias (“o que acreditamos”), a terceira aponta para “o que fazer” (deveres) e a quarta parte apresenta, a partir da história, as justificativas para esta ação (o papel da Igreja na história) e “o que esperar”, pois tudo converge para a Democracia Cristã e o Reino Social do Coração de Jesus.

Teorias de Wayne C. Booth

Abordaremos esse texto social a partir das teorias de Wayne C. Booth⁵, que desenvolve a noção de que toda narrativa constrói, inevitavelmente, uma *imagem do autor* que se manifesta por meio das escolhas formais, estilísticas e éticas do texto. É aquilo que ele denomina “autor implícito”, que não é o autor biográfico ou uma entidade psicológica real. Trata-se de uma instância textual inferida pelo leitor, responsável pela organização dos valores, pela orientação moral, argumentação, etc.

Segundo os críticos literários, Booth se opõe tanto ao biografismo ingênuo quanto à eliminação radical do autor proposta por certas correntes estruturalistas, sustentando que a interpretação literária exige a reconstrução dessa “presença normativa” que garante coerência retórica e credibilidade estética à obra.

A questão fundamental

O *Guia de Pesquisa* orienta que se busque o discernimento da questão fundamental, isto é, qual era a questão que guia a redação do texto⁶. Ainda que como tese, esta questão pode ser assim formulada: *como um católico deve compreender e reorganizar a vida social (política e econômica) depois da ruptura moderna, diante do avanço de ideologias e práticas que excluem Deus e a Igreja do espaço público (franco-maçonaria, ateísmo social, socialismo,*

⁴ O tema do papel social da Igreja na história universal permeia diversos textos de Padre Dehon, como *discursos* (*Discours aux ouvriers pour la fête de saint François Xavier* [DIS 9050092];), *artigos* (*La paix et la trêve de Dieu*, in: La Chronique du Sud-Est, 04.1901 [REV 8031090]; *Les moines au tribunal de l'histoire*, in: Le Règne du Cœur de Jésus, 04.1903, [EXT 8035186]) e textos *inéditos*, ou seja, textos como rascunhos e notas de leitura que não foram publicados (*L'Église et le peuple* [QSS 9160049]).

⁵ Cf. BOOTH, W.C. *The Rhetoric of Fiction*, Chicago: University of Chicago Press, 1967.

⁶ “Que pergunta Dehon, por meio de seu autor implícito, estava tentando responder em seu texto? Qual foi sua resposta à pergunta dentro do horizonte de expectativa do leitor, o leitor implícito, do final do século XIX e início do século XX?” (cf. Guia de Estudos e Pesquisas).

liberalismos), e qual é o lugar da Igreja nessa reordenação? A partir de diferentes recortes, esta questão será respondida abaixo.

1. O autor implícito de CSC

Este primeiro bloco (primeira leitura) desvela a identidade do leitor implícito a partir de uma análise estruturada do texto. São discutidos o (1) gênero literário e as estratégias de persuasão empregadas, (2) o contexto de origem e influências da obra, (3) a presença autoral na construção textual, (4) o diálogo estabelecido com os destinatários e a problematização proposta, finalizando com uma (5) avaliação da eficácia discursiva.

1.1 Gênero Literário e Estratégias de Persuasão

Ao tomar CSC em mãos, é preciso identificar o gênero do texto e como o autor tenta convencer o leitor. O gênero literário da obra é definido como um catecismo de perguntas e respostas, caracterizando-se por ser um texto sucinto, voltado à formação de consciências cristãs diante das transformações de sua época. Esta estrutura pode ser verificada sobretudo nas três primeiras partes, como apresentado acima. Além dessa forma de “catequese para adultos”, na quarta parte o texto se configura como uma análise histórico-apologética que é um subgênero literário próprio dentro do gênero catequético⁷.

O conteúdo do CSC, pode-se dizer, é a doutrina social da Igreja conforme pregada pelos papas ao longo da história e, em particular, por Leão XIII. Segundo A. Perroux, este livro foi “*concebido como o complemento indispensável aos capítulos sobre a moralidade social privada que já eram amplamente ensinados*”⁸. “*Que este pequeno livro se torne um clássico e popularize os ensinamentos de Leão XIII*” (NQT 12/110, cf. NQT 12/127).

O CSC funciona como um manual de Moral Social e, em certo sentido, como um livro de teologia popular, atuando como uma ponte entre o magistério de Leão XIII e as perguntas feitas pelos cristãos leigos. O autor reconhece a necessidade desta abordagem ao afirmar que é

⁷ Um estudo “comparativo” com outras obras do gênero literário catequético se encontram no segundo bloco, no contexto do leitor simulado (cf. 2.3 O catecismo como gênero literário no final do séc. XIX).

⁸ PERROUX, A. *Le témoignage d'une vie: le Père Jean-Léon Dehon*, STD 59, Roma, 2014, p. 67.

preciso um novo tratado de teologia focado na moral social e no quarto mandamento do decálogo (CSC 12)⁹.

O autor busca convencer o leitor usando uma abordagem de perguntas e respostas, projetando-se como um guia moral confiável e oferecendo argumentos bem definidos para o debate religioso e social. Seu poder de persuasão está ancorado na sua autoridade como ministro da Igreja e no seu amplo conhecimento tanto sobre a realidade quanto sobre o magistério eclesiástico. Num contexto de dúvidas em relação ao papado, ele se mostra leal ao Papa, apresentando-se como um intérprete autorizado. Ele faz uso de uma linguagem objetiva, direta e sucinta, de fácil assimilação, o que estimula a aplicação prática dos conceitos. Em meio à diversidade de ideias própria do final do século XIX, sua clareza contribui para consolidar as convicções dos católicos.

A argumentação histórica, presente na quarta parte, é utilizada como um recurso persuasivo para demonstrar que a Igreja sempre foi a promotora do progresso e da liberdade, combatendo erros como o cesarismo e o liberalismo individualista. O autor busca convencer o público de que a sociedade civil foi abalada “em suas bases” a partir do século XVIII, propagando heresias políticas e erros econômicos (CSC 5).

O autor age como “advogado” dos direitos de Deus, argumentando que o Estado não pode desinteressar-se da religião sem cair no materialismo e na perversão de sua própria finalidade (CSC 30). Neste sentido, Padre Dehon defende a cidadania da Igreja na sociedade, em um momento em que movimentos anticlericais buscavam excluir sua atuação.

1.2 A Gênese do texto e influências

Primeiramente, é fundamental analisar o *contexto histórico* no qual a obra está inserida.

CSC, publicado em fevereiro de 1898, integra-se ao chamado período dos “anos sociais” (1893-1903), expressão que o próprio Fundador usa para descrever uma época de intensa campanha social¹⁰. O ciclo começou em agosto de 1893, quando Dehon deixou a direção do Colégio São João, um evento marcante em sua vida (NQT 6/213), e terminou em 1903, com a morte do Papa Leão XIII e a expulsão da Congregação da França devido a políticas

⁹ Cf. Nota n. 41.

¹⁰ “Recebi uma excelente carta de Victor Berne, o apóstolo e patrono das obras sociais de Lyon. Ele me lembra da minha intensa campanha social, que durou pelo menos dez anos, de 1893 a 1903” (NQT 44/152).

anticlericais de Émile Combes (NQT 18/46). As demandas administrativas e a mudança para Bruxelas levaram Dehon a reduzir, mas não estancar, suas atividades apostólicas no campo social. Durante esse período de forte atividade social, ele procurou aplicar a *Rerum Novarum*, transformando sua vocação educativa em apostolado voltado à formação social e à democracia cristã.

Grande parte da bibliografia social do autor está concentrada nesse período, evidenciada pela publicação de sete obras relevantes, incluindo o *CSC*¹¹. Seus escritos defendiam a formação de associações operárias e a atuação legislativa como alternativas para superar o individualismo liberal e promover uma sociedade orientada por princípios cristãos. Ou seja, Padre Dehon transfere o foco da educação para além do ambiente escolar, passando a atuar como um “educador social”, projeto que transparece em *CSC*. Todo esse esforço visava à edificação do “Reino do Coração de Jesus nas almas e nas sociedades”¹².

CSC foi possivelmente redigido em 1897, um ano particularmente exigente¹³: o Fundador pregou cinco conferências em Roma, publicadas posteriormente no volume *Renovação Social Cristã* (RSO), e participou de diversas reuniões da Comissão de Estudos Sociais da Diocese de Soissons, que havia elaborado o *Manual Social Cristão* (MSO), de 1894. Em abril de 1897, Dehon foi nomeado consultor do Index. Naquele ano, além de suas viagens, ele colaborou na organização do encontro dos seminaristas em Val-des-Bois para a formação social (agosto), participou do IV Congresso da Ordem Terceira Franciscana em Nîmes (também em agosto) e compareceu ao Congresso da Democracia Cristã em Lyon (em dezembro). Neste último evento, Padre Dehon foi eleito para o Conselho Central da Democracia Cristã. Assim, é possível afirmar que esse contexto de interação com diferentes grupos eclesiais, bem como diante das demandas de congressos e dos debates promovidos pela democracia cristã, ofereceu um arco de perguntas que foram enfrentadas pelo *CSC*.

Nesse mesmo período, Padre Dehon publicou outras duas obras sociais. Em dezembro de 1897, ele já havia lançado *Diretrizes Políticas e Sociais Pontificias* (DPS). Cerca de um ano

¹¹ A bibliografia social de Padre Dehon, referente somente aos livros, está concentrada no período de 1893 a 1903: *Manual Social Cristão* (1894), *A usura no tempo presente* (1895), *Nossos Congressos* (1897), *Diretrizes pontificias* (1897), *Catecismo social* (1898), *Riqueza, mediocridade e pobreza* (1899) e *A renovação social cristã* (1900). A exceção é *O plano da Franco Maçonaria*, publicada em 1908.

¹² Cf. Emerson M. RUIZ, *Padre Dehon como educador social da juventude: um estudo dos artigos da “Crônica do Sudeste”*, in TQ 40 (2024) p. 12-57.

¹³ Embora publicado em 1898 pelos editores *Bloud e Barral*, o projeto da obra teve sua origem já em 1894, como uma proposta de livro mais simples e acessível do que o *Manual Social Cristão* (cf. Carta de Mons. Jean-Baptiste Duval à Léon Dehon, 16.07.1894 [LC1 115907]).

antes, em março de 1897, publicou também *Nossos Congressos* (NCG). Além disso, como dito acima, a redação de *CSC* surgiu logo depois da publicação de *Manual Social Cristão* (1894)¹⁴.

Em *Notes Quotidiennes*, ao registrar a publicação do *CSC*, Dehon manifesta satisfação pelo acolhimento imediato da obra, anotando que o texto “*foi bem recebido pela imprensa e eu recebi boas cartas dos arcebispos de Aix e Avignon, dos bispos de Fréjus, Nevers, Saint-Dié, Laval, e de Monsieur Cardon, vigário capitular de Soissons*” (NQT 12/110)¹⁵. Esse reconhecimento por parte da hierarquia francesa confirma a legitimidade e a utilidade pastoral do seu esforço: sistematizar uma matéria complexa em forma catequética, com linguagem mais pedagógica e acessível.

Uma análise do enquadramento da obra deve identificar as principais *influências* na redação de *CSC*: elas estão centradas no magistério da Igreja e nos expoentes do catolicismo social do final do século XIX. A influência fundamental e mais citada é o Papa Leão XIII, a quem Dehon considera o verdadeiro autor da teologia social da Igreja¹⁶. Além do magistério leonino, a obra recorre às Sagradas Escrituras, mas não tanto quanto em suas obras espirituais¹⁷. Teologicamente, a influência de Santo Tomás de Aquino é explícita, através da *Suma Teológica* (*CSC* 46). O autor também menciona o Papa Pio IX, através da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus* (1864), para identificar os erros sociais da modernidade (cf. *CSC* 5-9).

Por fim, destaca-se a influência de grandes figuras da ação social católica europeia e americana que inspiraram Dehon. Entre os nomes citados que “fazem eco às palavras do Papa”

¹⁴ Tomando como comparação somente *CSC*, *DPS* e *MSO* é possível perceber um conjunto coerente, embora diferenciado, de compreensão e intervenção dos problemas sociais. *MSO*, obra coletiva coordenada por Padre Dehon, possui caráter formativo e pragmático, muito utilizado em seminários, articulando princípios com exemplos concretos e dados empíricos. *DPS* apresenta-se como síntese interpretativa do magistério de Papa Leão XIII, voltada sobretudo ao clero francês, com maior densidade teológica e finalidade de orientação eclesial (notadamente no contexto do *ralliement*). Por sua vez, *CSC* assume forma catequética voltado a um público mais amplo, como aqui demonstrado. Apesar das diferenças de público, método e estilo, há uma convergência nos temas centrais: origem e organização da sociedade, relação Igreja-Estado, questão operária, crítica ao liberalismo e ao socialismo, proposta corporativa e ideal de democracia cristã orientada ao Reino Social do Coração de Jesus. As três obras partilham ainda a noção de “mal-estar social” (cf. *CSC* 70, 97, 99, 519) como diagnóstico comum. Em conjunto, delineiam um sistema articulado: *MSO* como base formativa e aplicada, *DPS* como chave hermenêutica do magistério e o *CSC* como instrumento de difusão popular. Isso parece revelar a capacidade de Padre Dehon de adaptar um núcleo doutrinal comum a distintos auditórios e finalidades.

¹⁵ Sobre a recepção do *CSC* no episcopado, cf. LC1 74129; LC1 74133, LC1 74115.

¹⁶ As fontes básicas oriundas do pontífice incluem as encíclicas *Inscrutabili* (1878), *Quod Apostolici* (1878), *Immortale Dei* (1885), *Libertas Praestantissimum* (1888) e, obviamente, *Rerum Novarum* (1891), as quais Dehon utiliza para fundamentar os grandes princípios da vida política e social cristã (cf. *CSC* 10.15.504)

¹⁷ A Sagrada Escritura é explicitamente citada nestes números: *CSC* 23 (Rm 5) 24 (Rm 12). 26 (Rm 13,1), 27 (Mt 28,18-19) e 37 (Jo 20, 21).

e cujos conselhos são colocados em prática, figuram os cardeais Manning¹⁸ e Gibbons¹⁹, além de autores como Ketteler²⁰, Windthorst²¹, Decurtins²², de Mun²³ e Harmel²⁴. No campo histórico, Dehon evoca a influência das Ordens Mendicantes (Franciscanos e Dominicanos) na reforma moral e social (CSC 409).

Cada seção é finalizada com uma abrangente bibliografia²⁵ que, por um lado, evidencia a amplitude do campo de pesquisa percorrido e, por outro, destaca o papel do CSC como elo não apenas com o magistério social de Leão XIII, mas também como ponte para obras fundamentais da incipiente sociologia cristã²⁶.

¹⁸ **Henry Edward Manning** (1808-1892), eclesiástico inglês, converteu-se do anglicanismo ao catolicismo em 1851, após ter militado no movimento de Oxford. Foi nomeado arcebispo de Westminster em 1865 e criado cardeal por Pio IX em 15 de março de 1875.

¹⁹ **James Gibbons** (1834-1921), eclesiástico católico norte-americano, estudou no seminário maior de Baltimore e foi ordenado sacerdote em junho de 1861. Pároco de St. Patrick, depois de St. Brigid e St. Lawrence, em Baltimore, foi nomeado em março de 1868 vigário apostólico da Carolina do Norte. Nomeado bispo de Richmond em julho de 1872, foi promovido em maio de 1877 a bispo coadjutor de Baltimore. Sucedeu o bispo titular nessa sé em outubro. Foi nomeado cardeal por Leão XIII em 7 de junho de 1886.

²⁰ **Wilhelm Emmanuel von Ketteler** (1811-1877), eclesiástico alemão, após estudar Direito em Göttingen, Berlim e Heidelberg e Teologia em Munique (1841-1843), foi ordenado sacerdote em 1844, em Münster, e nomeado bispo de Mainz em 1850. Deputado no Parlamento de Frankfurt em 1848 e no Reichstag em 1871-1872, foi muito ativo politicamente, lutando pela liberdade da Igreja e dos católicos em relação ao Estado prussiano e opondo-se, em particular, ao Kulturkampf de Bismarck. Foi também um dos pioneiros do catolicismo social na Alemanha e na Europa.

²¹ **Ludwig von Windthorst** (1812-1891) foi um político alemão, líder do Partido Católico do Centro e o mais notável opositor do chanceler Otto von Bismarck durante a unificação da Alemanha liderada pela Prússia e o *Kulturkampf*. Na década de 1870, ele foi um vigoroso inimigo do *Kulturkampf* de Bismarck, que perseguiu a Igreja Católica na Prússia em um esforço para destruir o controle papal. Bismarck acabou perdendo, mas foi o Papa Leão XIII quem negociou com Bismarck no final, deixando Windthorst de fora.

²² **Caspar Decurtins** (1855-1916), político suíço, foi eleito em 1877 para o Grande Conselho do cantão dos Grisões e, em 1881, para o Conselho Geral do Parlamento Federal. Líder do partido conservador católico, foi um ativo promotor da doutrina social da Igreja e integrou a União de Friburgo. Depois de deixar a política em 1904, ocupou a cátedra de história cultural na Universidade de Friburgo (1905-1913), da qual tinha sido um dos fundadores. Nos últimos anos de sua vida, ingressou no *Sodalitium pianum*, a rede integrista dirigida por Mons. Umberto Benigni, e combateu ferozmente as teses modernistas, especialmente na literatura.

²³ **Albert de Mun** (1841-1914), político e católico francês, foi deputado do Morbihan, de 1876 a 1878, e do Finistère, de 1881 até sua morte. Legitimista intransigente, lutou durante muito tempo pela restauração da monarquia, mas após 1892 cedeu às solicitações de Leão XIII e aderiu à III República, alinhando-se com a direita conservadora e nacionalista. Muito ativo na área social, foi um dos fundadores da Obra dos Círculos Católicos de Trabalhadores (em 1871). Foi eleito para a Academia Francesa em 1º de abril de 1897.

²⁴ **Léon Harmel** (1829-1915), industrial e católico francês, administrou com seu pai e seus irmãos a próspera fiação Val-des-Bois, em Warmeriville. Dando continuidade e ampliando a ação do pai, que havia promovido a fundação de várias obras de assistência aos seus operários, ele fez da sua empresa um modelo de cooperação e codireção entre proprietários e empregados, de acordo com o ideal do corporativismo cristão e os princípios da doutrina social definida por Leão XIII na encíclica *Rerum novarum* (1891). Ele apoiou a política de adesão à III República e foi um dos animadores do nascente movimento democrata-cristão francês. Em 1852, casou-se com sua prima Gabrielle Harmel (1833-1870), com quem teve nove filhos. Em 1861, ingressou na Ordem Terceira Franciscana. Foi nomeado comandante da Ordem de São Gregório Magno e cavaleiro da Ordem de Pio IX.

²⁵ Para aprofundamento bibliográfico, o autor destaca as obras do Padre Pascal (*Filosofia Moral e Social*), Léon Grégoire e Goyau.

²⁶ Outra obra notável que pode ter influenciado a criação do CSC foi o “catecismo” (*Princípios do Comunismo*), escrito por Friedrich Engels em 1847 como um projeto de programa para a recém-organizada Liga dos Comunistas.

1.3 O autor na textura do texto

Uma comparação com outras obras sociais do mesmo autor evidencia que o arco temático abordado em *CSC* ultrapassa as preocupações de outras obras sociais. Neste sentido, o texto oferece respostas a um largo campo de preocupações sociais da época articuladas em torno do lugar social do católico e da Igreja no mundo. Uma comparação com outras obras do autor neste período que, se de um lado as respostas de *CSC* são mais concisas, de outro são mais “católicas” e universais, geralmente ultrapassando os limites dos problemas explicitamente franceses²⁷. As solicitações que o autor recebeu para a tradução em novos idiomas indicam que sua intenção foi alcançada²⁸.

O redator da obra busca oferecer respostas que as pessoas (aparentemente) buscavam. Ele não se furta de perguntas difíceis e entrelaça uma reflexão teológica com um modelo de exposição muito tradicional, que era o catecismo. O quarto capítulo, o mais longo, evidencia a intenção apologética do texto: oferecer às pessoas os argumentos para a defesa da fé e dos “direitos de Deus”²⁹.

O autor defende especialmente o direito da Igreja em participar dos processos sociais. É um catecismo sobre a moral social dos novos tempos, sobre a importância da participação do católico na sociedade... Em outras palavras, o autor implícito defende os operários, mas

Esse texto utilizava o formato de 25 perguntas e respostas, uma abordagem conhecida na época como “Profissão de Fé”, destinada a organizar doutrinas de maneira didática para os trabalhadores. Pouco depois, porém, esse formato foi descontinuado por sugestão do próprio Engels, que considerava a estrutura de catecismo ultrapassada. Assim, o esboço se tornou uma referência essencial na elaboração do Manifesto do Partido Comunista de 1848. Em relação a essa possível influência, vale lembrar que Padre Dehon e muitos dos “abbés démocratiques” buscavam enfrentar as ameaças socialistas criando obras e iniciativas sociais que, em diversas ocasiões, apresentavam similaridades com os projetos daquele grupo. Esta estratégia pode ser visualizada em *Manual Social Cristão*.

²⁷ Cf. nota n. 13.

²⁸ “Publiquei essas conferências em vários volumes: *Catecismo Social, Renovação Cristã, Orientações Pontificias*. Vários desses volumes foram traduzidos para o italiano, o árabe, o húngaro e o português. Eles se tornaram clássicos em vários seminários da França e da Itália” (NQT 39/122). A tradução para o português estava em curso em setembro de 1906, conforme registrado por Padre Dehon durante sua visita a Pernambuco, no Brasil, onde o livro era impresso no jornal “União operária”. Possivelmente, esta foi a primeira obra social de Padre Dehon traduzida para a língua portuguesa (cf. NQT 20/79).

²⁹ Por exemplo, em *CSC* 43, o autor explicita o alcance apologético da doutrina social ao afirmar que a Igreja “pode intervir” na vida pública para sustentar simultaneamente “os direitos de Deus e os direitos dos povos”. Esta intervenção não é apresentada como intrusão arbitrária, mas como consequência de sua missão moral: proteger a ordem social quando ela é ameaçada por erros que recusam a soberania de Deus e enfraquecem as “bases” (*CSC* 5) morais da sociedade.

também indica que os operários católicos devem defender a Igreja e o seu *status* junto à sociedade.

O autor implícito é também um “pastoralista”, no sentido de que é capaz de ter uma reflexão elástica e adaptável, onde isso for possível ou necessário. Por exemplo, em CSC 46 o autor demonstra que se o ideal descrito nos números anteriores não se concretizava (a centralidade da Igreja em uma sociedade católica), a Igreja deve dominar a arte de aclimatar-se às novas realidades, como acontecia nos EUA e na Inglaterra, onde a unidade religiosa (católica) foi ferida, mas a Igreja tinha liberdade de ação em uma perigosa diversidade religiosa. Sobre este tema, o autor, ao referir-se às concordatas no CSC, afirma: “certamente não constitui o ideal...” (CSC 49). Isto é, existe um “ideal” e uma realidade “possível” e o autor parece saber mover-se entre estas duas realidades mostrando, de um lado, uma continuidade dogmática, de outro, a necessidade de adaptação, própria da leitura pastoral. A ação social se configura como um dever que deve responder aos “tempos e circunstâncias” (CSC 1).

Quanto às *estratégias*, o autor escreve com o objetivo de persuadir os leitores sobre as respostas que a Igreja oferecia diante daquela nova realidade social. Padre Dehon constrói sua estratégia de convencimento projetando a imagem de conhecedor dos estudos sociais, do magistério e do mundo além das fronteiras francesas.

Uma estratégia central de sua narrativa é a insistência no estudo sério e metódico como pré-requisito para o apostolado social. Dehon argumenta que é preciso estudar para saber e é preciso estudar para ensinar. É necessário estudar especialmente as questões sociais que se apresentam como novidades, e que sempre deveriam ter sido estudadas na Igreja (cf. CSC 291), defendendo que o sacerdote não deve agir sem uma preparação intelectual rigorosa³⁰.

1.4 O diálogo proposto: destinatários e problematização

Depois de examinarmos a origem da obra, sua estrutura e influências, é essencial, ainda que de forma inicial, investigar **a quem** ela se destina. Essa análise é introdutória, pois será aprofundada na próxima seção deste estudo.

³⁰ Segundo A. Perroux, em CSC, Padre Dehon aplica de modo implícito uma dinâmica semelhante ao método “ver, julgar e agir”, partindo sempre da realidade concreta para analisá-la e orientar a ação pastoral. Padre Dehon sabe partir da realidade como um “excelente observador”, expondo o maior número de informações sobre determinado problema social (ver). Em seguida, realizar um estudo da situação social a partir do magistério eclesial, sobretudo Leão XIII (julgar). Por fim, comprometer-se com uma atuação que conduziisse a uma mudança da realidade (agir) (cf. PERROUX, A. *Le témoignage d’une vie: le Père Jean-Léon Dehon*, STD 59, Roma, 2014, p. 67ss).

No *CSC*, o autor implícito se dirige a um sujeito católico, que exerce responsabilidade consciente no ordenamento da sociedade, que está mais além da esfera privada da fé e que transita nos espaços de decisão pública: política, econômica, educacional e cultural. Trata-se de um leitor que possui certa capacidade de influenciar a sociedade e que busca orientação segura para julgar e agir diante das transformações sociais do fim do século XIX, uma época marcada por laicização do Estado, ascensão do liberalismo individualista, ameaça revolucionária do socialismo e reorganização do mundo do trabalho industrial.

Considerando esse grupo de *destinatários*, identifica-se que Padre Dehon, na qualidade de autor implícito, busca abordar determinadas *problemáticas específicas*. Ele intenta responder a algumas questões doutrinárias, sociais e políticas que emergem da transição do século XIX para o XX. Ele diante da secularização progressiva do continente europeu e na França, também como produto da proposta socialista e racionalista.

O autor é consciente das dificuldades de integração entre a doutrina cristã e o pensamento moderno. Ele sabe da necessidade de reposicionar uma antropologia e uma moral cristãs diante das novas ideologias sociais e do surgimento de uma moral independente (autônoma) que contraria a heteronomia. Já no prefácio de sua obra, Padre Dehon esboça uma análise de conjuntura do período moderno:

Mas, com o século XVIII, a sociedade civil foi abalada até às bases. A fantasia filosófica do Contrato social dá origem à Revolução. No decurso do século XIX, progride a heresia política do ateísmo social e difunde-se o erro no campo econômico. O coletivismo passa a ideal, e a anarquia o meio. Os católicos entregam-se à procura da verdade política e econômica. A Igreja irá providenciar. A Tradição cristã conserva consigo todas as palavras de vida, para as reorganizar à medida das necessidades dos filhos de Deus. A Igreja vai dar-nos a sua Doutrina social (*CSC* 5).

Diante desse contexto e buscando o autor implícito no texto de Padre Dehon, algumas questões poderiam ser individuadas:

a) *Qual deve ser a relação entre Igreja e Estado em uma sociedade secularizada? É possível que o Estado despreze a religião?*

A relação entre Igreja e Estado deve ser pautada pela distinção real de finalidades e competências: a Igreja, por ter um fim “espiritual e sobrenatural”, distingue-se “inconfundivelmente do Estado” e permanece “sociedade perfeita e independente na sua esfera”, dotada de autoridade própria (*CSC* 28). Por isso, para Padre Dehon, não é legítimo que o Estado negue à religião sua cidadania social ou se declare indiferente a ela, pois isso

equivaleria a “puro materialismo”. Além disso, “a própria razão exige um culto social”, já que “a sociedade, obra de Deus, deve-lhe um culto como autor” (CSC 30).

b) *Como sublinhar a origem divina do ordenamento social e político, orientando-o, portanto, à prática da moral cristã?*

Inspirando-se na encíclica *Imortale Dei*, Padre Dehon afirma que a sociedade foi criada em vista do homem, e não o contrário (CSC 15). Portanto, a sociedade não pode excluir do ordenamento social aquilo que é próprio do ser humano, como a família e a religião. A sociedade “deve protegê-los e dispensar-lhes a paz no interior como no exterior, e vai ajudá-los a desenvolverem-se por completo. Tal é o plano divino. A sociedade é querida por Deus em vista do bem geral” (CSC 16).

c) *Como poder-se-ia impotar uma visão cristã da economia e da justiça social que fosse capaz de dar resposta às questões sociais de sua época?*

Padre Dehon apresenta um caminho conciliatório entre o liberalismo e o socialismo, propondo uma economia cristã, marcada pela caridade e pelas corporações, típicas da Idade Média. Nesta proposta, já presente na *Rerum Novarum*, há uma defesa das pequenas organizações e da família diante do poder do Estado que adoece a sociedade (mal estar). Trata-se do cerne do que posteriormente a Doutrina Social da Igreja vai chamar de subsidiariedade.

“Há um século vivíamos nessa fragmentação a que chamamos individualismo: pouca vida comunitária e local, sem corporações, sem associações. O Estado absorvia tudo; tínhamos uma capital e uma organização governamental congestionadas: todos os membros do corpo social estavam enfraquecidos e anêmicos. Mas o espírito de associação ressurgiu. É a natureza que recupera seus direitos” (CSC 510).

d) *Como orientar o cristão diante dos novos regimes políticos (repúblicas, democracias, em detrimento do antigo regime monárquico)?*

CSC parece estar assentado na tentativa, empreendida por Padre Dehon, de aprofundar uma teologia social cristã como resposta a um mundo em crise e em abruptas transformações. Pretende responder ao problema do ateísmo, à hegemonia do Estado em detrimento das liberdades individuais, ao materialismo e à perda do sentido religioso moderno na esfera pública. Sob certo aspecto, pode-se dizer que Padre Dehon lança os pressupostos daquilo que hoje se conhece como Teologia Pública, entendendo a Igreja não só como transmissora e depositária da verdade do dogma, mas como mestre de vida social.

1.5 Avaliação da Eficácia Discursiva

Ao nos aproximarmos da conclusão deste bloco em que apresentamos o Padre Dehon como autor implícito, é pertinente questionar se ele responde à questão central da obra³¹ e às outras indagações, decorrentes desta, formuladas ao longo do texto.

Padre Dehon fundamenta a ação social da Igreja (e dos leitores católicos) em quatro pontos: a) a responsabilidade de preservar e adaptar a revelação cristã³²; b) a subordinação da economia política à moral cristã; c) a atuação pública pela justiça e caridade; e d) o papel histórico da Igreja na defesa da liberdade, igualdade e justiça social. O objetivo é uma sociedade cristã baseada na colaboração entre Igreja, família e corporações profissionais³³.

Padre Dehon fala a partir de uma posição de saber, mas não de modo distante. Sua linguagem é simples, direta, e marcada por um tom de diálogo que convida à adesão. Desse modo, com uma *eficácia retórica*, o autor implícito de Dehon não busca convencer apenas pela fé, mas também pela razão, pelo conhecimento acadêmico e científico, e assim orientar e reorganizar a vida social do católico. Ele fundamenta sua argumentação em três eixos complementares:

1. *A razão moral*, que apela ao senso de justiça natural e à dignidade do trabalhador, por meio da articulação de argumentos morais, econômicos e sociais.
2. *A doutrina eclesial*, fundada no magistério de Leão XIII, sobretudo a *Rerum novarum*, que lhe confere legitimidade institucional (intérprete, pregador e “fonógrafo” do Papa).
3. *A experiência social concreta*, que se manifesta na descrição da condição dos operários e na crítica aos sistemas políticos do socialismo e do liberalismo.

³¹ Esta era a questão do *Guia de Pesquisa*: “Que pergunta Dehon, por meio de seu autor implícito, estava tentando responder em seu texto? Qual foi sua resposta à pergunta dentro do horizonte de expectativa do leitor, o leitor implícito, do final do século XIX e início do século XX?” No início deste estudo, esta questão foi assim formulada: “Como um católico deve compreender e reorganizar a vida social (política e econômica) depois da ruptura moderna, diante do avanço de ideologias e práticas que excluem Deus e a Igreja do espaço público (franco-maçonaria, ateísmo social, socialismo, liberaisismos), e qual é o lugar da Igreja nessa reordenação?”

³² O autor demonstra que a Igreja possui a verdade política e econômica que os católicos procuram. Ele aponta para uma continuidade orgânica: assim como a Igreja explicitou dogmas em crises doutrinárias, agora explicita uma doutrina social em crise civil. O autor opõe a “fantasia” do Contrato social e da Revolução à “verdade” e lê o socialismo/ateísmo como uma “heresia política”.

³³ De um lado, o autor busca “restaurar” uma sociedade cristã que encontra seu eixo social sobretudo nas pequenas associações com inspiração na Idade Média. De outro, especialmente na conclusão (CSC 514-521), o autor mira o futuro, para a Democracia Cristã e para o Reino Social do Coração de Jesus, realidades que embora enraizadas e traduzidas em categorias medievais, apontam para o porvir.

Essa tríplice argumentação confere ao texto uma densidade persuasiva que transcende o mero moralismo. O autor implícito aparece, assim, como um intelectual católico consciente de seu tempo, que procura dar à fé uma *função pública* e apontar o lugar da Igreja. A convicção do seu pensamento social deriva não apenas do conteúdo doutrinal, mas da coerência entre sua visão espiritual e sua leitura realista da sociedade.

Por outro lado, embora este autor implícito seja retoricamente eficaz, sua convicção encontra limites quando lida com a complexidade social moderna. *CSC* parte de uma visão hierárquica e orgânica da sociedade, na qual cada classe tem um papel definido e a harmonia social depende da caridade e da justiça cristãs. Essa concepção, ainda que bem-intencionada, pressupõe uma ordem estável que o capitalismo nascente já começava a corroer.

Para o leitor contemporâneo, tal postura pode soar paternalista ou insuficiente, pois evita questionar as estruturas econômicas mais profundas da lógica capitalista. Assim, o autor implícito mantém sua força moral, mas revela também as limitações do discurso católico do seu tempo, fundado sobre uma “ordem social cristã” que se baseia em papéis fixos (patrão/operário) diante da modernidade industrial e do pensamento socialista emergente.

Mesmo com essas restrições históricas, a figura do autor implícito em *CSC* conserva uma força ética e pastoral eficaz. Dehon constrói um modelo de comunicador religioso que ensina pela autoridade e caridade pastoral, buscando conciliar doutrina e vida social. Sua convicção é tanto racional quanto afetiva, fundada na compaixão e no desejo de restaurar a dignidade humana à luz do Evangelho. Nessa perspectiva, Dehon emerge como um precursor do pensamento social cristão moderno, cujo autor implícito serve de ponte entre a tradição e as demandas de justiça do novo século.

Em *CSC*, Padre Dehon constrói um autor implícito simultaneamente convicto e compassivo, ortodoxo e atento à realidade social. Sua voz combina a autoridade do mestre com a ternura do pastor, tornando-se profundamente persuasiva no contexto católico do fim do século XIX. Embora limitado por uma visão hierárquica e não revolucionária da sociedade, Dehon atinge um raro equilíbrio entre doutrina e humanidade. Assim, sua obra permanece como um exemplo de eloquência moral e fidelidade pastoral, na qual o autor implícito se mostra plenamente convincente – não apenas por sua lógica, mas sobretudo por sua integridade espiritual e sua capacidade de ler a realidade social.

2. O leitor simulado do *Catecismo Social*

Neste segundo bloco, a pergunta que deve orientar nossa análise literária é a seguinte: a quem o autor implícito se dirige?³⁴. Este bloco está organizado em torno a três seções: (1) Dehon: um leitor que escreve a um leitor simulado; (2) Identidade do leitor simulado, e (3) O leitor simulado de um catecismo enquanto gênero literário.

Identificar o leitor simulado de um texto requer a atenção a vários elementos: o conhecimento prévio pressuposto, os valores compartilhados, os argumentos apresentados para obter adesão, as objeções antecipadas e como são respondidas e, finalmente, o tom e o registro da linguagem empregados. Por exemplo, um texto que apela constantemente à autoridade papal sem necessidade de justificativa pressupõe um leitor que a aceita. No entanto, este texto também apresenta argumentos econômicos e técnicos, pressupondo um leitor com alguns conhecimentos nessas matérias.

2.1 Dehon: um leitor que escreve a um leitor simulado

Padre Dehon é um leitor que idealiza um tipo de leitor. O Fundador considera que a doutrina é sempre válida (*A Igreja nos dará sua doutrina* (CSC5)), mas as novidades históricas apresentam novas perguntas, o que pode ser percebido na expressão “*d’autres fois*” [“outras vezes”] de CSC 2³⁵, palavras indicam certa ruptura no texto. Elas lembram que a missão que a Igreja tem de conservar a revelação, explicá-la e defini-la não se dá sem contratempos.

Padre Dehon tem em mente um leitor sensibilizado e capaz de contemplar a arquitetura em seu conjunto e de se maravilhar diante de cada detalhe. “*Désormais, il restait peu a faire*” [A partir daí, restava pouco a fazer] (CSC 4). Tudo está configurado, cada detalhe foi pensado. Padre Dehon, atento leitor, convida o leitor simulado de sua obra a contemplar o que ele contempla: uma doutrina sólida. Assim, o leitor Dehon parece não deixar espaço para a crítica do leitor, já que tudo está perfeitamente articulado: “*estávamos na posse da verdade sobre*

³⁴ O conceito de leitor simulado foi elaborado principalmente por Wayne C. Booth em sua obra *The Rhetoric of Fiction* e posteriormente refinado por teóricos como Wolfgang Iser e Umberto Eco. O leitor implícito não é o leitor real que abre o livro. Trata-se, ao contrário, de uma construção discursiva: a imagem do leitor que o próprio texto pressupõe por meio de suas escolhas retóricas, seu nível de complexidade argumentativa, seus pressupostos ideológicos e suas estratégias de persuasão.

³⁵ “*Parfois l’explication des Écritures et des croyances traditionnelles s’est faite paisiblement par l’enseignement ordinaire de l’Église et spécialement par les écrits des saints Pères. D’autres fois, c’est à l’occasion d’une lutte doctrinale, d’une hérésie grandissante, d’une erreur soulevée et répandue dans une région, que l’Église, par ses conciles ou par son chef suprême, et avec l’assistance du Saint-Esprit, a défini ses dogmes, expliqué sa croyance et condamné l’erreur*” (CSC 1-2).

Deus, a Trindade, o Verbo encarnado, a redenção, a Igreja, sua autoridade, seus sacramentos” (CSC 4).

Seguindo a leitura do Prefácio (CSC 1-13), Padre Dehon identifica um salto histórico: *“Mas, com o século XVIII, a sociedade civil foi abalada até às bases. A fantasia filosófica do Contrato social dá origem à Revolução”* (CSC 5). O “mas” ³⁶ introduz um novo cenário histórico-teológico: diante da “fantasia filosófica”, o autor contrapõe a verdade. O leitor é convocado a contemplar a revelação de um “tesouro” doutrinal que a Igreja tornará explícito por meio do magistério recente: *“A Igreja nos dará sua doutrina social”* (CSC 5). O convite é, portanto, a não se deixar capturar por narrativas ideológicas, socialistas, anarquistas, coletivistas ou liberais³⁷, mas a reconhecer que a doutrina social católica se desenvolve historicamente em resposta a crises concretas, *“de acordo com os tempos e as circunstâncias”* (CSC 1). Assim, o leitor não recebe apenas informações, mas é levado a perceber como os contextos formulam novas perguntas à fé e como a Igreja responde a elas com critérios de discernimento e de ação.

2.2 Identidade do leitor simulado

Padre Dehon se dirige principalmente a um católico com certo grau de instrução, presente na França do final do século XIX, mas não só: como demonstrado anteriormente, CSC é um livro mais universal e menos geograficamente situado que MSO. Alguns traços deste leitor simulado: pode ser um sacerdote, educador ou operário católico; pode pertencer à classe média-alta ou ser um operário comprometido com a causa social.

No CSC, a identidade do leitor pode ser delineada a partir dos diversos atores sociais citados pelo autor, especialmente na terceira parte da obra. O “vocativo implícito” é um cristão

³⁶ *“Mais, avec le XVIII^e siècle, c’est la société civile qui est ébranlée jusqu’à sa base. La fantaisie philosophique du Contrat social engendre la Révolution”* (CSC 5).

³⁷ Por outro lado, Padre Dehon não é alheio ao desenvolvimento do socialismo na Europa. Por exemplo, na *Chronique du Règne*, além de destacar o avanço social dos alemães e a contribuição dos socialistas, cita um artigo de Franz Lutgenau publicado na revista *Sozialistische Monatshefte*, no qual destaca a contribuição da Igreja Católica na ação social: *“A Igreja Católica sempre teve uma posição diferente, sempre observou uma regra de conduta diferente. Ela é a organização mais poderosa do presente. Mas o olhar amplo da Igreja Romana ou daqueles que a governam se estende para o futuro. Leão XIII é um político e um economista de grande calibre. Sua encíclica sobre a questão operária deve ser estudada como um catecismo social e econômico”* (*Chroniques du Règne, Allemagne* [CHR 1898/140]).

colocado em diversos campos da vida social³⁸. Tudo começa pela família, “anterior à vida social”, núcleo que a sociedade deve proteger, respeitando sua autonomia, a estabilidade e a autoridade recebidas de Deus (CSC 19-21), de modo que a cidadania pública passe ordinariamente “pelo chefe de família” e a sociedade se estruture em grupos orgânicos (famílias, comunas, associações profissionais, etc.) com interesses próprios (CSC 64-65).

O texto também se dirige a *magistrados e autoridades públicas*, que “devem se mostrar cristãos como tais”, lembrando que a obediência ao poder civil vale somente “dentro dos limites”, nunca contra a lei de Deus, devendo o fiel reportar-se, em matérias difíceis, ao discernimento de quem tem autoridade na Igreja (CSC 248-250). CSC fala aos *eleitores*, mas também aos *legisladores e administradores* quando define o imposto como “contribuição exigida” para as despesas do governo (CSC 69) e quando critica os desequilíbrios e desperdícios dos orçamentos modernos (CSC 75-77). Dirige-se ainda aos *professores e formadores culturais* ao sustentar que a educação tem por missão “instruir a razão”, “formar a virtude” e “criar o hábito de obedecer à autoridade”, e que o ensino não pode prescindir de uma referência religiosa (CSC 81-83). Dirige-se a *jornalistas* ao afirmar que não existe um “direito natural” de usar a imprensa para corroer os fundamentos morais e religiosos da sociedade; não pode permitir que a imprensa destrua a religião, a autoridade, a propriedade e a moralidade pública (CSC 84-86). Por fim, interpelando *trabalhadores, empregadores e dirigentes sociais*, assume como “naturais” os agrupamentos profissionais (CSC 65) e conecta a ação estatal à justiça social (CSC 75-76). Este rápido elenco demonstra o amplo arco de atores sociais abordados pelo autor no CSC e que são também, destinatários da obra.

Giuseppe Toniolo, responsável pelo prefácio da versão italiana de CSC, parece apontar em outra direção. Ele descreveu o projeto do Padre Dehon e apresentou sua visão sobre quem seria o leitor dessa obra. “*É verdade que é mais difícil apresentar o pão da verdade de uma forma acessível a mentes pouco instruídas do que expor teorias científicas aos estudiosos*”³⁹. As afirmações de Toniolo reforçam a identidade do leitor simulado como leigo católico, porém é questionável se alguém com pouca instrução compreenderia a obra. Se CSC não havia sido

³⁸ É profético perceber que ao iniciar o capítulo dos deveres dos cristãos, Padre Dehon começa pelos “deveres do sacerdote”: “Quais são os deveres do sacerdote relativamente à vida social? Existem três: estudar, ensinar e agir” (cf. CSC 241-247). Este tema retornará na seção 3.3 Dimensão Congregacional).

³⁹ TONIOLO, G. *op. cit.*, p. 410. O autor continua o texto apresentando o perfil de Padre Dehon: “Isso não impediu o Padre Dehon, autor de uma série de escritos bem conhecidos e já difundidos na Itália, como o *Manual Social Cristão*, as *Diretrizes Pontificias*, a *Renovação Social Cristã*, nos quais a clareza do gênio francês, aliada à coerência lógica dos italianos, entre os quais Padre Dehon viveu por muito tempo, contribui para conferir a essas obras um caráter popular absolutamente original”.

destinado às grandes elites intelectuais, também não era facilmente acessível às massas populares.

Este leitor católico estava inserido em distintas realidades de ordem doutrinária e moral, bem como com contextos políticos e sociais igualmente desafiadores⁴⁰. Em um recorte religioso, a leitura do texto revela o perfil eclesial do público a quem Padre Dehon se dirige: um leitor capaz de compreender a doutrina cristã básica, um pouco familiarizado com a história eclesiástica e os principais concílios, apto a acompanhar a linguagem social das encíclicas papais – especialmente as de Leão XIII, mas também as de Pio IX –, consciente das consequências da Revolução Francesa e de suas repercussões. Portanto, se de um lado o autor implícito imagina um leitor estabelecido em um mundo de tensões sociais, de outro, ele concebe um leitor capaz de navegar no complexo percurso apologético do quarto capítulo.

CSC é um livro com um caráter dialogal, no qual Padre Dehon idealizava um leitor curioso e interessado, formulando questões. Tratava-se de um leitor com perguntas bem pontuais (talvez angustiantes, devido à polarização daquele momento) e o autor ofereceu um livro prático de respostas, um “catecismo social completo” (CSC 12). De certo modo, CSC é uma espécie de tutorial moral para entender o novo mundo a partir da doutrina, uma espécie de “bússola católica”.

O leitor simulado estava preocupado com as ameaças que a família sofria da parte do centralismo estatal (cesarismo), de leis que outorgavam ao Estado a educação dos filhos, das investidas para que vendesse sua pequena propriedade e migrasse para a grande cidade: “*A sociedade não tem de se intrometer com a organização das famílias, já que as encontra*

⁴⁰ A *tensão moral e doutrinal* é marcada pela ameaça do socialismo e do comunismo, pela expansão do ateísmo social, pela difusão de concepções de “moral independente” – desvinculadas de qualquer fundamento religioso – e pelo avanço de múltiplas formas de liberalismo contemporâneo. Trata-se igualmente de um leitor situado em meio a uma *tensão política e social*, caracterizada por consequências advindas do espírito revolucionário do século XVIII. Observa-se a crise do *Antigo Regime* e o fortalecimento da III República, bem como o progressivo confronto entre Estado e Igreja, resultando na perda da autoridade eclesiástica sobre a educação. Além disso, registram-se situações de injustiça social, desordem econômica e desequilíbrios na esfera social.

instituídas pela natureza e pela religião” (CSC 20)⁴¹. O autor imagina um *pai de família* lendo a sua obra e por isso insiste na defesa da família e da pequena propriedade⁴².

O estudo das *estratégias* retóricas do Fundador revela novos traços do leitor a quem ele se dirige. O autor recorre a um tom de autoridade institucional, apresentando a Igreja como mestra segura na transmissão da verdade. Emprega um paralelismo doutrinário que aproxima as heresias teológicas das “heresias sociais”, interpretando o socialismo como a nova forma de desvio que exige discernimento e resposta cristã (CSC 5). Além disso, utiliza com frequência números e datas, construindo credibilidade por meio da documentação (cf. CSC 74, 77, 132...).

Trata-se de um leitor motivado ao compromisso social, recebendo ferramentas para agir segundo princípios cristãos e para transmiti-los a outros. O autor fortalece suas convicções, em um trabalho de “vacinação” contra o socialismo, o comunismo e o materialismo, compreendidos como doenças a serem combatidas.

Em resumo, o leitor implícito arquitetado por Padre Dehon é um católico educado, coerente, com certo engajamento social e crítico em relação ao socialismo e materialismo na França do final do séc. XIX. Seu dever é fortalecer o compromisso cristão no contexto em que vive, por meio da compreensão da tradição católica, oferecendo respostas doutrinárias aos desafios políticos e sociais de sua época. É alguém que valoriza a precisão doutrinária, respeita a autoridade eclesiástica e está motivado tanto pela busca da verdade doutrinária, social e econômica quanto pela luta contra o que percebe como heresia moderna.

⁴¹ “*A família é anterior à vida social. Ela constitui para o homem um socorro mais essencial e mais íntimo que o da sociedade civil. Também ela lhe serve de laço sagrado, fonte de vida e seu necessário sustentáculo. A sociedade civil nasce posteriormente à família. Aquela une as famílias tal como as pessoas. E destina-se a ajudá-las, a protegê-las, a promover o bem delas no seu seio. Ela deve respeitar as famílias quais instituições sagradas que Deus teve por bem revestir de um carácter religioso. A sociedade não tem de se intrometer com a organização das famílias, já que as encontra instituídas pela natureza e pela religião. As famílias são o eixo da sociedade e a sua força. Esta aproveita-se das virtudes, da disciplina, das riquezas, e da fecundidade daquelas*” (CSC 19-20).

⁴² Neste contexto de um leitor simulado como “chefe de família” é interessante perceber o lugar central da família em CSC. Padre Dehon apresenta a família como a “primeira unidade social, querida por Deus e santificada por Ele”, dotada de direitos naturais que o Estado não cria, mas deve proteger. Por isso, afirma que “as famílias são o eixo da sociedade”, defendendo a “lei de autoridade que Deus estabeleceu na família” (CSC 12). As corporações são interpretadas como família: “*Trata-se de uma família profissional ou de uma pequena república com a sua legislação, os seus magistrados, o seu território*” (CSC 432). Nesta moldura moral e histórica, o autor interpreta o IV mandamento (“honrar pai e mãe”) como fundamento teológico da moral social: defende que os manuais de teologia devem desenvolver esse preceito junto aos tratados sobre leis, justiça e contratos, a fim de oferecer base para uma “política e economia cristãs”, isto é, uma moral social (CSC 12). A partir daí, Dehon deriva também os deveres dos patrões e proprietários, a partir do IV e do VII mandamentos, estabelecendo uma analogia entre lar e oficina: o patrão é apresentado como “chefe” de uma “família operária”, e o contrato de trabalho cria um vínculo moral que implica também proteção e responsabilidade, indo além do salário e alcançando moralidade, saúde e educação dos filhos do operário, numa forma de “paternalismo social” entendido como extensão da paternidade e princípio modelar para outras autoridades (cf. CSC 12).

2.3 O leitor simulado de um catecismo (gênero literário) no final do séc. XIX

Durante o período em que Padre Dehon viveu, havia outros catecismos disponíveis aos leitores. A presença desse gênero literário reflete uma sociedade que buscava maior clareza conceitual em um contexto de intensa transformação cultural e social. Foi por isso que o gênero literário “catecismo” havia se desenvolvido além do âmbito eclesial⁴³, abordando temas que estavam à margem da fé, como no *Catecismo Republicano francês*, o *Catecismo Constitucional*, o *Catecismo Pátrio*⁴⁴ e diversos outros⁴⁵. Esses projetos demonstram um esforço para consolidar novas ideias, criar grupos sociais com doutrinas coerentes e desenvolver respostas bem fundamentadas para os debates comuns em períodos de grande efervescência social. Padre Dehon escreve pensando nesse leitor que, sem acesso livros especializados e sem tempo de estudos profundos, busca clareza e síntese.

Entre os catecismos semelhantes ao CSC de Padre Dehon e redigidos no mesmo período, destacam-se o “*Le Catéchisme Social du Catholique*”⁴⁶, de Théodore Garnier, e o *Catéchisme de l’encyclique*, publicado por Monsenhor Lecot, em julho de 1891⁴⁷. Este último buscou colocar os ensinamentos da encíclica *Rerum novarum* ao alcance de todos,

⁴³ O gênero literário do “catecismo” surgiu na Antiguidade, com os Padres da Igreja, e fazia parte da iniciação dos candidatos ao mundo da fé. Na Reforma, essa ferramenta foi adotada uma forma de transmitir o que acreditavam ser a verdadeira doutrina, em oposição ao que consideravam erros católicos. Encontramos, então, o *Catecismo de Heidelberg* (1563) e, posteriormente, como reação católica, o *Catecismo Romano* (1566), publicado por Pio V.

⁴⁴ O *Catecismo Republicano Francês* (século XIX), que consistia em folhetos que ensinavam princípios de cidadania e direitos civis no formato de perguntas e respostas. O *Catecismo Constitucional* foi utilizado em diversos países como instrumento de educação política dos cidadãos. Nele eram formuladas perguntas como as seguintes: a) Qual é o fundamento do governo? A vontade do povo livremente expressa; b) Quais são os deveres do cidadão? Participar da vida pública e defender a constituição, etc.). O *Catecismo Pátrio*, que foi usado para transmitir história, geografia e educação cívica.

⁴⁵ No campo econômico e social, temos o *Catecismo Econômico Liberal* (séc. XIX), com autores como Jean-Baptiste Say, que explicam a economia política, a teoria do valor e as vantagens do livre mercado. O *Catecismo de Economia Solidária* (contemporâneo) é composto por folhetos produzidos por organizações de comércio justo e de economia social para a formação popular. O *Catecismo Socialista* (1883) de Gabriel Deville, cujo objetivo era popularizar de maneira sistemática as ideias de Marx entre os operários. O *Catecismo Comunista* de Friedrich Engels (1847) era um rascunho anterior ao *Manifesto Comunista*, em formato de perguntas e resposta (cf. nota 19). O *Catecismo Revolucionário* de Sergei Nechayev (1869) caracterizava-se por ser radical e extremo, destinado a revolucionários dedicados. O *Catecismo Popular do Povo*, de Louis-Auguste Blanqui (1866), que enfatizava a luta de classes.

⁴⁶ GARNIER, Théodore. *Le Catéchisme Social du Catholique*. Paris: Maison de la Bonne Presse, 1894. Escrito quatro anos antes, esta obra com diversas semelhanças com o CSC. O texto do P. Garnier tem um caráter pedagógico e apologetico que sistematiza os princípios da Doutrina Social da Igreja após a *Rerum Novarum*. Igualmente estruturada no formato de perguntas e respostas, a obra visa instruir o clero e o operariado católico na “terceira via” socioeconômica, refutando tanto o liberalismo individualista quanto o socialismo coletivista. Garnier defende, por meio de uma linguagem acessível, a função social da propriedade, a justiça salarial baseada nas necessidades familiares e o associativismo profissional (corporações) como instrumentos de harmonia social e recristianização das massas urbanas.

⁴⁷ LECOT, Victor-Lucien-Sulpice. *Catéchisme de l’encyclique*. Bordéus: Unione cattolica di Bordeaux, 1892.

especialmente dos operários⁴⁸. Organizado em 136 perguntas e respostas, o texto de Lecot é descrito como uma leitura honesta e estritamente fiel ao original, funcionando como uma tradução didática que enfatiza a autoridade do Papa e mantém um tom prudente e tradicional⁴⁹.

Concluindo, o leitor simulado construído por Padre Dehon em sua obra revela-se como um católico da França do final do século XIX, que encontra na autoridade da Igreja uma “bússola” para navegar seguramente diante das ondas entre a tradição cristã e as ideologias modernas, como o socialismo, o comunismo ou o liberalismo. Ao recorrer ao gênero literário do catecismo, Padre Dehon emprega uma dinâmica comunicativa com a qual os leitores da época já estavam relativamente familiarizados. Dehon estabelece um diálogo pedagógico que pressupõe um interlocutor capaz de acompanhar temas com certa complexidade, convidando-o a avançar da doutrina para um compromisso social mais efetivo.

Compreendida a identidade desse interlocutor, o próximo bloco dedicar-se-á a discutir a possível relevância de CSC no contexto contemporâneo.

3. A atualidade do *Catecismo Social*

À luz das análises anteriormente realizadas, torna-se oportuno evidenciar alguns aspectos da relevância do CSC para o contexto contemporâneo. Embora elaborado em um período histórico marcado por transformações sociais próprias do final do século XIX e início do século XX, o texto apresenta princípios e intuições que, através de uma boa hermenêutica, continuam oferecendo importantes critérios de reflexão para a vida da Igreja e da sociedade. Nesse sentido, a atualidade de CSC pode ser analisada a partir de três perspectivas complementares: (1) a dimensão social, (2) a dimensão eclesial e (3) a dimensão congregacional.

3.1 A dimensão social

⁴⁸ Cf. AGOSTINO, Marc. *Due letture della Rerum novarum: il “Catéchisme” di mons. Lecot e il “Manuel social chrétien” di padre Dehon*. In: LEDURE, Yves (Org.). *Leone Dehon e la Rerum Novarum*. Bologna: Edizioni Dehoniane Bologna, 1992. p. 169-178.

⁴⁹ Comparando a obra de Lecot com a de Padre Dehon, é possível verificar que CSC não se limita a explicar o documento pontifício, mas rompe seu ritmo, reorganiza-a, amplia-a e a integra em uma reflexão de conjunto muito mais ampla e inovadora. Enquanto a obra de Lecot é vista como uma leitura “fiel”, o trabalho de Padre Dehon é mais dinâmica, mais ampla e articulada entre história e futuro (Democracia Cristã e Reino do Coração de Jesus), oferecendo um programa de ação social que, de certo modo, amadurece as potencialidades do texto de Leão XIII.

O valor da dignidade humana e dos seus direitos fundamentais, tema relevante na modernidade, aparece no *CSC* já nos primeiros números da obra, quando Padre Dehon trata do *telos* humano e da razão de existir da sociedade. O argumento fundamental é que a sociedade, e o Estado que a organiza, existem em função do ser humano e devem prezar pelo seu desenvolvimento integral (*CSC* 15-17).

A sustentação desse argumento, tão valorizado pela filosofia atual é, em Padre Dehon, teológica. O indivíduo precede a sociedade porque esse é o plano divino. Deus não criou o ser humano subordinado a uma estrutura social, ao contrário, as instituições sociais surgem como meios para favorecer o desenvolvimento do indivíduo na constituição dos laços sociais, dos quais o primeiro e mais fundamental é a família. Nesse sentido, o *CSC* afirma que “*não foi a sociedade que Deus teve primeiro em vista, mas o homem*”, acrescentando que Deus “*não fez o homem para a sociedade, mas fez esta para o homem*” (*CSC* 15).

A partir desse princípio, o *CSC* desenvolve a finalidade da vida social. Em síntese, a sociedade civil é apresentada como um instrumento necessário para que os indivíduos e as famílias possam alcançar um desenvolvimento mais pleno. Isolados, os indivíduos não conseguiriam superar diversos obstáculos que impedem o progresso humano. Por isso, a sociedade é chamada a reunir pessoas e famílias, protegê-las e favorecer o seu desenvolvimento integral (cf. *CSC* 16).

Dentro dessa mesma perspectiva, *CSC* explicita os direitos fundamentais da pessoa que devem ser protegidos pela sociedade. Cada pessoa tem direito a encontrar na sociedade “o pão cotidiano”, isto é, os meios de subsistência (cf. *CSC* 17). Possui também direito à própria dignidade, ao acesso à instrução, à liberdade e à possibilidade de viver a dimensão religiosa sem nenhum tipo de empecilho externo (cf. *CSC* 16, citando *Immortale Dei*).

O texto insiste ainda que a sociedade possui uma missão específica diante desses direitos: ela deve protegê-los e impedir que sejam violados ou oprimidos por outros. Por isso, afirma-se que a sociedade tem “*a missão de proteger o homem na sua dignidade e nos seus direitos, não a de o escravizar*” (cf. *CSC* 17). Esta afirmação rejeita qualquer concepção de organização social que transforme a pessoa humana em simples instrumento de interesses econômicos, políticos ou ideológicos.

Do ponto de vista contemporâneo, esses princípios apresentam grande relevância para o debate social e político mundial, ainda que com especial força no contexto latino-americano, africano e asiático. A defesa do direito ao sustento digno, à educação, à liberdade, à moradia,

entre outros, revela-se particularmente significativa em sociedades onde grande parte da população enfrenta condições de vulnerabilidade.

Assim, a reflexão presente no *CSC* antecipa de modo significativo princípios que posteriormente seriam desenvolvidos de forma mais sistemática pela Doutrina Social da Igreja, especialmente nas encíclicas sociais e nos documentos do magistério contemporâneo. A centralidade da pessoa humana e a responsabilidade moral da sociedade e do Estado na promoção dos direitos fundamentais constituem, portanto, elementos estruturais de uma visão cristã da vida social que permanece profundamente atual.

A função do poder público, segundo o *CSC*⁵⁰, consiste em garantir a paz social, proteger a ordem e criar condições para que as pessoas e as famílias possam desenvolver plenamente sua vida humana e social (cf. *CSC* 47). Assim, o exercício da autoridade não é privilégio e não pode, jamais, ser exercício como domínio de um grupo sobre os demais, mas como um serviço à comunidade.

Entretanto, essa finalidade da autoridade política frequentemente se fragiliza quando as estruturas do Estado deixam de cumprir sua missão fundamental. Um dos fatores mais graves que comprometem o funcionamento das instituições públicas é a corrupção, o desvio da função pública do Estado. A corrupção também gera um efeito estrutural: ela compromete o funcionamento das instituições que deveriam proteger os direitos dos cidadãos. Sistemas administrativos ineficientes, burocracias excessivas e práticas clientelistas dificultam o acesso da população aos serviços públicos mais necessários, tais como a educação, saúde, segurança e justiça.

Essa situação revela uma contradição com a concepção apresentada pelo *CSC*. Se a autoridade política existe para proteger a pessoa e garantir o bem comum, qualquer forma de corrupção ou mau funcionamento das estruturas públicas representa uma distorção da própria finalidade do Estado (cf. *CSC* 50). Nesse sentido, a reflexão proposta pelo texto continua atual, pois recorda que a legitimidade do poder político depende do seu compromisso real com a justiça, a transparência e o serviço ao cidadão.

CSC apresenta a sociedade como uma realidade complexa, composta por diferentes níveis de organização que se articulam para promover o desenvolvimento humano e o bem

⁵⁰ Tratando dos temas das “Concordatas” dentro o magistério de Leão XIII, conforme a encíclica *Immortale Dei* (cf. *CSC* 47-49).

comum: educação, imprensa⁵¹, organização dos poderes do Estado, etc. Nesse contexto, o texto reconhece a importância dos chamados “**regimes corporativos**”, isto é, das diversas formas de associação que existem entre o indivíduo e o Estado. Entre essas estruturas sociais destacam-se, de modo particular, a família, as comunidades locais (como os municípios)⁵² e as associações profissionais (sindicatos), que possuem uma função própria na organização da vida social (cf. CSC 117).

Essa compreensão parte da ideia de que a vida social não pode ser reduzida à relação direta entre o indivíduo e o poder político. A sociedade é constituída por uma rede de relações e instituições que favorecem a cooperação, a solidariedade e a participação dos cidadãos. Por isso, *CSC* reconhece que essas organizações possuem legitimidade para existir e para defender os interesses de seus membros, desde que orientadas pelo bem comum (cf. CSC 120). A valorização dessas estruturas intermediárias também contribui para evitar dois extremos igualmente problemáticos: de um lado, o individualismo que enfraquece a vida comunitária e, de outro, o excesso de centralização do poder no Estado.

3.2 A dimensão eclesial

CSC oferece também contribuições significativas para a compreensão da **missão** da Igreja na sociedade na atualidade, tema que está incrustado na questão central que costura boa parte da redação de *CSC*: qual o lugar e a legitimidade da Igreja neste novo mundo?

Embora elaborado em um contexto histórico específico, a reflexão apresentada traz princípios que continuam iluminando a atuação eclesial, especialmente em realidades marcadas por profundas desigualdades sociais. Nesse sentido, destacam-se alguns elementos que se depreendem de *CSC*: a dimensão profética da missão da Igreja; a centralidade da família na organização da vida social; a colaboração entre Igreja e sociedade na promoção do bem comum; a importância da formação social dos fiéis.

⁵¹ Embora não tenhamos abordado explicitamente o tema da educação nos parágrafos precedentes, ele merece atenção pois, quando *CSC* trata do ensino (e da imprensa) como força que forma consciências (CSC 81-86), ele antecipa uma questão atual: quem educa, informa e molda a opinião pública? Padre Dehon sublinha que educação e comunicação sempre produzem efeitos morais e sociais e, por isso, exigem responsabilidade. Atualizar esse ponto hoje significa reconhecer que o mesmo problema se deslocou para o ambiente digital (redes, plataformas e algoritmos), mas sem mudar o núcleo: a formação da consciência pública requer critérios de verdade, bem comum e respeito à dignidade humana.

⁵² O sentido de município em *CSC*, assim parece, tem uma conotação bem menos sofisticada que a atual.

CSC afirma de maneira clara que a Igreja possui não apenas o direito, mas também o dever de se posicionar diante das injustiças presentes na vida social (cf. CSC 349). A autoridade moral da Igreja a conduz a denunciar leis injustas, condenar formas de tirania e defender a dignidade da pessoa humana sempre que esta for ameaçada. Essa perspectiva revela uma compreensão da missão eclesial que ultrapassa os limites estritamente culturais ou espirituais, reconhecendo que a fé cristã possui implicações concretas na organização da vida social. Essa dimensão adquiriu particular relevância no contexto latino-americano. Em diversas situações históricas, comunidades eclesiais, agentes pastorais e organismos da própria Igreja⁵³ assumiram um papel relevante na defesa dos direitos humanos, na luta pela democracia, na denúncia das injustiças⁵⁴.

Um segundo aspecto relevante do CSC é a defesa da **família** como núcleo fundamental da sociedade. Padre Dehon afirma que a família precede o Estado e constitui o primeiro espaço de formação humana, moral e religiosa (cf. CSC 19). É no interior da família que a pessoa desenvolve sua identidade e estabelece as primeiras relações de solidariedade e responsabilidade.

Essa reflexão mantém grande atualidade no contexto pastoral da Igreja. Em todas as partes do mundo muitas famílias enfrentam desafios significativos decorrentes de crises econômicas, processos migratórios, violência social, guerras e fragilidade das estruturas de proteção social. Diante dessas realidades, a Igreja continua reconhecendo a família como espaço privilegiado da evangelização e da formação humana, buscando acompanhá-la pastoralmente e fortalecer sua capacidade de transmitir valores fundamentais para a vida social e cristã. A Igreja é uma das poucas instituições que ainda preza pela defesa da família a despeito das múltiplas ideologias que acompanham esse tema.

Outro aspecto importante que emerge de CSC é o valor da **formação dos católicos**. O texto não se limita a apresentar princípios teóricos sobre a organização da sociedade, mas busca formar a consciência moral dos fiéis diante das realidades sociais⁵⁵. Nesse sentido, Padre Dehon demonstra preocupação pedagógica: ele procura oferecer aos cristãos instrumentos de reflexão que lhes permitam compreender os desafios do mundo à luz da fé e da Tradição da Igreja. Tal

⁵³ A título de exemplo, pode-se dizer do importante papel da CNBB, sobretudo na ação de alguns bispos, no enfrentamento da ditadura instituída no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

⁵⁴ O compromisso social da Igreja encontra ressonância nas orientações do episcopado latino-americano, especialmente nas reflexões surgidas a partir da Conferência de Medellín (1968) e posteriormente aprofundadas na conferência de Puebla (1979) e, mais recentemente, retomadas em Aparecida (2007).

⁵⁵ Recordar que o CSC tem como objetivo cristãos ativos na sociedade (o tema do leitor implícito).

iniciativa revela o autor como um *educador social*, consciente de que a transformação da sociedade passa também pela formação das consciências.

A ênfase na formação manifesta-se especialmente na valorização do conhecimento da moral social cristã. Para Padre Dehon, os católicos não podem permanecer indiferentes ou desinformados diante das questões sociais⁵⁶. Essa preocupação formativa revela também uma dimensão pastoral da obra. Padre Dehon não escreve apenas como teólogo ou sociólogo, mas como um pastoralista atento às necessidades concretas do povo de Deus.

CSC, de forma geral, justifica a **presença da Igreja na vida social** e esclarece a sua atuação em diversos campos, como a educação, a assistência social e a defesa dos direitos humanos. Em muitos países a Igreja desempenha um papel fundamental na promoção de iniciativas sociais, educativas e caritativas que buscam responder às necessidades das populações mais vulneráveis. Tal atuação, segundo a Doutrina Social da Igreja, constitui o princípio da subsidiariedade⁵⁷.

A quarta parte de CSC (297-521), ao assumir um caráter apologético, isto é, de defesa da **legitimidade da missão social da Igreja** na história possui particular atualidade. Padre Dehon demonstra que a Igreja não é apenas uma realidade espiritual “privada”, mas uma força educativa que, desde os primórdios do cristianismo, atravessando o Império Romano e as diversas etapas da história, contribuiu para formar consciências, proteger a dignidade humana e orientar a sociedade segundo a verdade do Evangelho.

Essa defesa permanece atual porque, ainda hoje, surgem críticas, inclusive em setores eclesiais, que desconfiam da atuação social da Igreja, como se ela devesse limitar-se à liturgia, à moral privada e à vida interna. Padre Dehon afirma o contrário: quando a sociedade é “abalada até às bases” por ideologias e crises, a Igreja é chamada a oferecer critérios, discernimento e ação em favor do bem comum (CSC 5). Por isso, torna-se necessária uma apologética renovada: não apenas *ad extra*, diante de correntes que pretendem deslegitimar a presença pública da fé,

⁵⁶ A insistência de Padre Dehon em promover uma formação cristã profundamente atenta às questões sociais, em sintonia com a Tradição da Igreja, contrasta com uma tendência contemporânea que, em diversos ambientes eclesiais, privilegia abordagens moralizantes centradas sobretudo em temas ligados à sexualidade e ao comportamento. Esse contraste pode oferecer um campo fértil para reflexão crítica sobre as prioridades da formação cristã hoje.

⁵⁷ “Assim como é injusto retirar aos indivíduos o que eles podem realizar com suas próprias forças e iniciativa para confiar à coletividade, também é injusto atribuir a uma sociedade maior e mais elevada o que pode ser realizado por comunidades menores e inferiores.” (*Quadragesimo Anno*, 79). O princípio da subsidiariedade é um dos fundamentos da DSI. Ele afirma que instâncias superiores da sociedade não devem substituir ou absorver aquilo que as instâncias menores podem realizar por si mesmas, mas devem apoiá-las e ajudá-las quando necessário.

mas também *ad intra*, para reafirmar que o anúncio do Reino inclui necessariamente a dimensão social da fé.

3.3 A dimensão congregacional

A leitura do *CSC* constitui também um importante instrumento de revisão da vida apostólica da Família Dehoniana. Ao considerar a atualidade dessa obra para os dehonianos, talvez mais do que discutir detalhadamente seus conteúdos, seja oportuno refletir sobre alguns aspectos que interpelam diretamente a vida e a missão da Congregação no contexto atual.

CSC recorda a importância da **formação social dos fiéis**. Padre Dehon demonstra clara preocupação em ensinar ao povo cristão os princípios da moral social e da organização da sociedade. Nesse sentido, *CSC* revela o Fundador como educador social, algo já dito acima. À luz dessa perspectiva, torna-se inevitável reconhecer que, em muitos contextos atuais, os religiosos dehonianos apresentam certa deficiência no ensino sistemático da Doutrina Social da Igreja ao povo católico. Tal postura pastoral está em evidente contraste com a prática comum do Fundador.

Um outro aspecto que merece atenção é a **diminuição do interesse pelas questões sociais** em alguns setores da vida congregacional. A espiritualidade dehoniana sempre esteve profundamente ligada à sensibilidade diante das realidades sociais e econômicas. Para Padre Dehon, a contemplação do Coração de Jesus conduzia ao compromisso com a transformação das realidades de injustiça. Quando o interesse pelas causas sociais se enfraquece, corre-se o risco de reduzir o carisma dehoniano a uma dimensão devocional ou espiritual equivocada, perdendo sua força histórica e potência transformadora.

Recorrendo à história da Congregação, é salutar perceber como o apostolado social de Padre Dehon gerou controvérsias também em nossas “origens”, como está bem documentado na carta que P. Germano Blancal⁵⁸ e outros religiosos da Casa de São Quintino enviaram a Padre Dehon em 1897, na qual eles criticavam “*a presença [de Padre Dehon] nas reuniões*

⁵⁸ Germain do Santíssimo Sacramento Bernard BLANCAL (1826-1905): ingressou na Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Toulouse e tornou-se superior da casa de Montauban. Ele entrou com um processo em Roma contra o superior geral, Padre Jean-Baptiste Causette, causando um cisma. Em 1887-1888, tentou fundir a parte dissidente de sua congregação com a de Padre Dehon, mas a operação fracassou. Mesmo assim, ingressou na Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus em maio de 1888 e fez sua profissão em agosto de 1889. Foi superior da casa de Saint-Quentin de 1895 a 1901. Segundo assistente (1893-1896) e conselheiro geral (1893-1902) da congregação, liderou a oposição interna contra Padre Dehon, a quem esperava substituir no cargo de superior geral, e tentou, sem sucesso, provocar uma cisão.

onde são discutidas as questões capitais da atualidade”⁵⁹ afirmando que isso não pertencia ao carisma da Obra. Diante desta crítica ao apostolado social do Fundador, não é possível imaginar que hoje existe um novo “blancalismo”, isto é, uma tendência a afastar “questões capitais da atualidade” do debate eclesial e congregacional? *CSC* não é um testemunho de um corajoso processo de contemplação de questões “aparentemente” distantes do cristianismo, como aplicações na bolsa de valores e a tipologia dos impostos, a partir da fé cristã? Neste sentido, Padre Dehon se comporta como discípulo de Leão XIII e aborda “questões novas”, mostrando que “*não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no coração*” da Igreja (GS 1).

Coincidentemente, a carta de P. Blancal e seus companheiros foi escrita no mesmo ano de redação de *CSC* (1897). Isto é, mesmo com adversidades, Padre Dehon optou por continuar no apostolado e na formação social. Em *Souvenirs*, possivelmente sua mais importante Carta circular, ao abordar o apostolado social, Padre Dehon afirma: “Mas aqui também o trabalho deve continuar”⁶⁰. Muitas das perguntas respondidas por Padre Dehon em *CSC* continuam atuais, mas outras tantas questões novas surgiram e, a problematização teológica destes tópicos se encontra no coração da missão dos discípulos de Padre Dehon.

CSC revela a preocupação do Fundador não somente com a formação social dos cristãos, mas também com uma **sólida formação dos ministros da Igreja**⁶¹. Atualmente, em diversos contextos, percebe-se que os temas sociais possuem presença limitada no percurso formativo dos seminaristas e religiosos dehonianos. Uma insuficiente reflexão sobre as questões sociais contemporâneas dificulta a preparação de religiosos capazes de compreender criticamente a realidade e de atuar pastoralmente diante dos desafios que o mundo atual proporciona.

Relacionado a isso está também o desequilíbrio que por vezes se estabelece entre as diversas dimensões da vida apostólica, especialmente quando as atividades litúrgicas e sacramentais acabam recebendo atenção quase exclusiva, enquanto as iniciativas do apostolado

⁵⁹ Carta do P. Germain Blancal e outros ao Padre Dehon, 06.07.1897 [LC1 78711].

⁶⁰ SVN 48.

⁶¹ “*Quais são os deveres do sacerdote relativamente à vida social?*”

- Existem três: estudar, ensinar e agir.

‘*Terá o sacerdote o dever de realmente se ocupar destas questões?*’

- Sim, porque a vida social deve ser cristã, como a vida privada.[...]

‘*Mas estes estudos não serão acaso difíceis, complicados, inabordáveis e frequentemente sem soluções?*’

- Precisa-se na Igreja de pastores e doutores (cf. Ef.4 [11]). Os que tiveram a missão de serem doutores deverão estudar as questões a fundo e procurarão a solução às dificuldades. Os que não deverão ser senão pastores, hão de fazer estudos mais resumidos e mais práticos. Ninguém é dispensado de ler as encíclicas” (*CSC* 242-243).

social ocupam um espaço secundário. Evidentemente, a liturgia constitui um elemento central da vida da Igreja. No entanto, quando se torna a única ou a principal referência da ação pastoral, corre-se o risco de enfraquecer outras dimensões igualmente essenciais da missão eclesial.

A leitura de *CSC* pode funcionar como um convite à redescoberta de uma dimensão estruturante do carisma dehoniano. A obra recorda a dimensão social da espiritualidade do Coração de Jesus. Retomar na formação e no apostolado os temas e as ações sociais não significam abandonar a dimensão espiritual ou litúrgica da vida cristã, mas integrá-las de modo mais coerente com as intenções do Fundador.

Conclusão

A análise do *Catecismo Social* (CSC) nos reconduz à questão que norteia a sua redação: como um católico deve compreender e reorganizar a vida social, política e econômica depois da ruptura moderna, diante do avanço de ideologias e práticas que excluem Deus e a Igreja do espaço público, e qual é o lugar da religião nessa reordenação?

Respondendo a esse desafio, o primeiro bloco desta investigação revelou um autor implícito que atua simultaneamente como catequista, teólogo popular, advogado e apologeta, assumindo a posição de defensor dos direitos de Deus e da Igreja na sociedade. Valendo-se de uma argumentação que articula a razão moral, a doutrina eclesial fundamentada no magistério e a experiência social concreta, Padre Dehon arquiteta uma construção sóbria e abrangente para diversas “coisas novas”. Esse esforço se direciona ao leitor simulado, explorado no segundo bloco: um católico com um conhecimento essencial da teologia católica e que necessita de uma “bússola” segura para navegar entre a tradição cristã e as ideologias modernas, como o socialismo e o liberalismo, sendo convocado a passar da assimilação da doutrina para um compromisso social efetivo no enfrentamento das “novas heresias”.

No terceiro bloco, ao investigarmos a atualidade do *CSC*, constatamos que as intuições de Padre Dehon, embora em roupagens datadas, transcendem as limitações do século XIX. Princípios estruturais defendidos na obra – como a centralidade da pessoa humana, cujos direitos devem ser protegidos pelo Estado, a defesa da família como núcleo formativo que precede a própria sociedade, a defesa dos pequenos núcleos comunitários e a missão profética da Igreja na denúncia contínua das injustiças – continuam a oferecer diretrizes para os debates contemporâneos. A obra também ressalta a urgência de uma sólida formação em moral social

tanto para os leigos quanto para os religiosos, alertando que o distanciamento das “questões capitais da atualidade” compromete a ação pastoral.

A afirmação inicial do autor - “*A Igreja vai dar-nos a sua doutrina social*” (CSC 5) - indica parte da missão social da Igreja. CSC traduz, em formato pedagógico, aquilo que a Igreja oferece à história quando as circunstâncias o exigem: princípios para ordenar a vida pública sem perder de vista o destino último do homem. Em CSC, essa “doutrina social” é apresentada como (i) uma estrutura de princípios na vida social e política, (ii) como moralização da economia, (iii) como conversão em deveres concretos e, finalmente, (iv) como legitimação histórico-apologética daquilo que a Igreja tem a oferecer.

Em última análise, a força do *Catecismo Social* reside em sua capacidade de demonstrar que a fé cristã possui implicações concretas na esfera pública. Neste sentido, a obra permanece, ainda hoje, uma provocação para a construção de uma ordenação social mais justa, alicerçada na dignidade humana e iluminada pelo Evangelho.